

**EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS COMO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO
ESTÁGIO**

**LA EDUCACIÓN EN DROGAS COMO PROYECTO DE INTERVENCIÓN EN
LA PRÁCTICA**

DRUG EDUCATION AS AN INTERNSHIP INTERVENTION PROJECT

SOARES, Zilene Moreira Pereira
zilenemoreira@ufg.br
UFG – Universidade Federal de Goiás
<http://orcid.org/0000-0003-0166-9235>

SANTOS, Nathany Ribeiro Lima
nathany.ribeiro@discente.ufg.br
UFG – Universidade Federal de Goiás
<http://orcid.org/0000-0002-3012-6347>

RESUMO: Os estágios em forma de projeto permitem aos futuros professores desenvolverem uma postura investigativa durante a formação inicial. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de construção de um Projeto de Intervenção Pedagógica na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado num colégio militarizado no Município de Goiânia/GO. A partir da diagnose da escola campo chegou-se ao tema da intervenção, “drogas”. O projeto teve como arcabouço teórico a abordagem de Redução de Danos, que se opõe à perspectiva tradicional de Guerra às Drogas. Realizado no formato de oficinas, o projeto obteve uma avaliação positiva por todos os envolvidos. Espera-se que esse trabalho possa subsidiar novas abordagens e servir como modelo para propostas de intervenção na Educação Básica.

Palavras-chave: Drogas na escola. Estágio supervisionado. Projeto de intervenção pedagógica.

RESUMEN: Las pasantías estilo proyecto permiten a los futuros maestros desarrollar una postura investigativa durante la capacitación inicial. Este trabajo tiene como objetivo informar la experiencia de construir un Proyecto de Intervención Pedagógica durante la pasantía en una escuela militarizada en la ciudad de Goiânia/GO. A partir del diagnóstico en la escuela rural, se llegó al tema de la intervención, "drogas". El marco teórico del proyecto fue el enfoque de reducción de daños, que se opone a la perspectiva tradicional de la guerra contra las drogas. Realizado en forma de talleres, el proyecto obtuvo una evaluación positiva por parte de los participantes. Se espera que este trabajo pueda apoyar nuevos enfoques y servir de modelo para las propuestas de intervención que se desarrollarán en la educación básica.

Palabras clave: Drogas en la escuela. Pasantía supervisada. Proyecto de intervención pedagógica.

ABSTRACT: Project-based internships enable future teachers to develop an investigative posture during initial formation. This paper aims to report the experience of building a Pedagogical Intervention Project during the internship in a militarized school in the city of Goiania/GO. From the diagnosis in the field school we came to the theme of intervention: "drugs". The project's theoretical framework was the Harm Reduction approach, which is opposed to the traditional Drug War perspective. Carried out in the form of workshops, the project received a positive evaluation from members by the participants. It is expected that this work can support new approaches and serve as a model for intervention proposals to be developed in basic education.

Keywords: Supervised internship. Drugs at school. Pedagogical Project.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a nova lei de estágio (BRASIL, 2008, p. 1), "Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior". Isso significa a exigência, na forma da lei, de uma relação mais próxima com o campo de atuação já durante o processo formativo, além de uma efetiva integração acadêmico-profissional.

A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado para a Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) é compreendida "como um componente curricular de caráter teórico-prático" (CEPEC, 2017, p. 6) e tem como objetivo possibilitar uma aproximação com a atuação docente, vivenciando momentos que colaborem com a construção de sua identidade. A identidade dos formandos caracteriza-se, dentre outros aspectos, pela articulação entre os saberes pedagógicos e de conteúdos específicos da área, permitindo ao profissional adquirir competências para a docência na Educação Básica e suas modalidades (CEPEC, 2017).

Essa etapa de formação tem como objetivo contribuir na compreensão e análise dos espaços de atuação, a fim de que os futuros professores possam proceder a uma inserção profissional crítica, transformadora e criativa (PIMENTA; LIMA, 2010). O estágio deve ser percebido como um "instrumento pedagógico" (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 5) que permita a superação da dicotomia entre teoria e prática. Além disso, é preciso reconhecer o "estatuto epistemológico" (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 6) presente

no estágio, de modo que este não se reduza apenas a uma atividade prática instrumental, mas como um campo de conhecimento, cujos saberes são produzidos pela articulação entre o espaço de atuação profissional e os cursos de formação de professores.

Rosa, Weigert e Souza (2012) afirmam que o estágio deve ser compreendido como uma forma de articular teoria e prática e não a prática em si, visão difundida pelo senso comum. Para as autoras os estagiários permanecem na escola campo por um período limitado de tempo, não configurando a rotina do dia a dia escolar e, portanto, realizando apenas uma aproximação com a prática. Dessa forma o estágio se caracteriza como um tipo de atividade pertinente ao processo formativo, voltada para o ensino e aprendizagem dos licenciandos.

Tradicionalmente, algumas visões simplistas são atribuídas ao estágio. Uma delas é a do estágio visto como uma imitação de modelos, cuja aprendizagem ocorre pela observação ou reprodução das formas de agir de outros professores (PIMENTA; LIMA, 2006). Acredita-se que essa forma de perceber o estágio e a prática educativa é limitada e acrítica, pois desconsidera as transformações sócio-históricas decorrentes dos processos de democratização do acesso à educação básica que permitiram a inclusão de alunos até então marginalizados dos processos de ensino e de transformação social. Ao reproduzir os modelos tradicionais acriticamente, a escola resume seu papel apenas a ensinar. Neste caso, se os alunos não aprendem, a responsabilidade é deles, de suas famílias ou seus costumes considerados impróprios pela escola (PIMENTA; LIMA, 2006).

Outra concepção de estágio apontada pelas autoras (2006) é a da instrumentalização técnica. Nessa perspectiva, a prática fica reduzida a habilidades instrumentais e técnicas que serão reiteradas sem qualquer tipo de discernimento, como se apenas a técnica fosse suficiente para a resolução dos problemas enfrentados no cotidiano da sala de aula. Essa perspectiva é reforçada pelo “mito metodológico” (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 10), corroborado por investimentos em “intermináveis programas de formação (des)contínua de professores, partindo do pressuposto de que a falta de conhecimento de técnicas e métodos destes é a responsável exclusiva pelos resultados do ensino” (PIMENTA; LIMA, 2006, p.10). Nesse aspecto, Libâneo (2015) reforça que, na prática pedagógica, as metodologias



de ensino devem estar sempre atreladas ao conteúdo ensinado. Para o autor, a forma de se ensinar algo e o conteúdo a ser ensinado são aspectos indissociáveis dos processos de ensino/aprendizagem.

Assai, Broietti e Arruda (2018), em um mapeamento sobre pesquisas envolvendo o estágio supervisionado, ressaltam que a implantação de políticas públicas na formação de professores proporcionou o desenvolvimento do campo de pesquisa na área de estágio nos últimos anos. Disso resulta maior preocupação dos pesquisadores com a melhoria da formação docente e, ao mesmo tempo, uma tendência de pesquisas sobre o licenciando como foco de estudo, em detrimento à perspectiva do estágio como espaço coletivo de troca de saberes, cujas interações também influenciam na formação de professores.

A pesquisa de Rosa, Weigert e Souza (2012), com alunos de licenciatura em Ciências Biológicas, aponta as dificuldades e motivações dos estagiários. Os graduandos citaram os impasses em conseguir locais de estágios em razão de que muitos professores se recusam a recebê-los; o desvio de papéis quando são solicitados a realizar tarefas alheias a sua área; a falta de orientação dos professores envolvidos; e o choque com a realidade de sala de aula diante dos imprevistos, substituições, dúvidas e falta de tempo para preparar as aulas. Por fim, sugerem a realização de projetos durante o estágio.

Pimenta e Lima (2010) descrevem várias possibilidades de desenvolvimento do estágio. Uma delas é o estágio realizado sob a forma de projeto, compreendido como um plano teórico-metodológico de intervenção, com o desenvolvimento de ações frente aos desafios do cotidiano. Os projetos no estágio propiciam a reflexão consciente, participativa, sistematizada e científica por parte de seus integrantes, como uma ferramenta de medição entre o processo formativo e o campo de atuação profissional.

De acordo com Pimenta e Lima (2010), a realização de estágios, nessa perspectiva, requer a questão educativa, com vistas a melhoria da escola, e o trabalho conjunto, com constante diálogo entre os participantes. Essa proposta vai de encontro

à perspectiva de “projete¹” (PIMENTA; LIMA, 2010, p.221), na qual o projeto é visto como uma mera técnica. Diferente disso, os projetos como metodologia, durante o estágio, devem assumir as dimensões pedagógicas, organizacionais, profissionais e sociais, atuando de forma ampla e contextualizada, numa via de mão dupla, com contribuições para a escola e para a formação de professores.

Considerando os aspectos acima, o objetivo do presente trabalho é relatar o processo de construção, desenvolvimento e avaliação de um Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado no contexto da Licenciatura em Ciências Biológicas da UFG. As ações desenvolvidas tiveram como fundamento teórico epistemológico as ideias de Freire (2015, 2019) baseadas numa educação libertadora e a abordagem de Redução de Danos (RD).

2 O CONTEXTO ESCOLAR

Escola campo é o local onde são desenvolvidas as atividades de estágio e apresenta-se como elemento imprescindível para a formação de professores no âmbito da Licenciatura (SILVA; GOLDSCHMIDT, 2016). De acordo com Custódio (2012), a escola campo acolhe, contribui e complementa o processo formativo. Ela é o espaço de reflexão sobre as teorias aprendidas ao longo da licenciatura e permite experiências que só podem ser vividas e teorizadas neste local.

A escola campo do Estágio foi o Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Waldemar Mundim (CEPMG-WM), localizado no município de Goiânia/GO, próximo ao campus II da UFG. Tendo em vista que o curso de Licenciatura é ofertado no período noturno, as atividades do estágio também foram realizadas nesse turno.

O colégio foi fundado em 1979, por demanda da comunidade local, em virtude da ausência de escolas nas proximidades. Essa instituição oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio nos 3 turnos escolares e, atualmente, possui aproximadamente 1.700 alunos matriculados, distribuídos em 47 turmas. A instituição, diferentemente da maioria das escolas públicas, dispõe de uma ampla estrutura, com

¹ Pimenta e Lima (2010) fazem uma crítica à banalização da ideia de projetos, como se qualquer atividade realizada na escola fosse um projeto. Esse modismo suprime a possibilidade de um plano de ação coletivo, coerente e articulado na formação.



20 salas de aulas climatizadas, biblioteca, sala de atendimento especializado, quadra de esportes coberta e iluminada, campo de futebol, teatro arena aberto e dois espaços cobertos para diversas atividades (PPP, CPMG-WM, 2017).

Um evento marcante nessa instituição ocorreu em 2015, quando, por deliberação do governador Marconi Perillo, a escola tornou-se militarizada (PPP, CPMG-WM, 2017). De acordo com uma reportagem do *Jornal Opção* (TEÓFILO, 2015; GOUVEIA, 2015), houve protesto da comunidade escolar exigindo a manutenção do antigo sistema, em oposição ao pagamento das *taxas voluntárias* e ao alto valor do uniforme escolar de uso obrigatório. Ainda, segundo a reportagem, nessa ocasião pais e professores debateram sobre a questão de militarizar a única escola da comunidade e recorreram ao Ministério Público (MP), na possibilidade de impedir que o Colégio fosse militarizado, porém sem sucesso.

A literatura da área apresenta diversas críticas à militarização das escolas. Primeiramente, destacam-se questões como o medo, o regime disciplinar e a demarcação nítida de hierarquia (SILVEIRA, 2015), que ocorrem entre os próprios funcionários e alunos, pois qualquer problema, seja disciplinar ou administrativo, é resolvido pelo comandante/diretor da escola. Isso significa que questões do cotidiano escolar que caberiam a professores especialistas em gestão e pedagogia, são transferidas para policiais militares.

No senso comum há uma falsa promessa de que a direção feita por militares seja a solução para a melhoria da educação, principalmente em escolas públicas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (AGUIAR; PINHEIRO, 2016; SILVEIRA, 2015; VELOSO; OLIVEIRA, 2016). As notícias veiculadas pela mídia afirmam que, após a militarização, os colégios passaram a apresentar altos índices de aprovações em vestibulares e em rankings avaliativos. Esta ideia está amplamente disseminada, principalmente no estado de Goiás, pois constata-se um aumento desse modelo de escola² (SILVEIRA, 2015). Entretanto, essa concepção aparece como uma falácia, pois o padrão militar é implantado, especialmente, em instituições que anteriormente já apresentavam bons índices avaliativos. Os resultados dessas

² Ressalta-se que em janeiro de 2019 o Presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou o Decreto 9.465 que propõe a expansão de um modelo cívico-militar para instituições de Educação Básica Municipais, Estaduais e Distritais do país.

avaliações são utilizados de forma oportunista pelos gestores, juntamente com uma construção midiática que ressalta benefícios à comunidade escolar e à população, favorecendo e fortalecendo uma visão positiva do modelo militar para a sociedade (ALMEIDA et al., 2013).

Além do estudo sobre o processo de militarização, a diagnose³ realizada no CEPMG-WM compreendeu a leitura do PPP (2017), observação do cotidiano escolar, questionários, grupos focais e entrevistas com alunos e professores, buscando encontrar aspectos relevantes na escola. Na análise dos dados foi identificada a ausência de projetos e a demanda por debates sobre temáticas importantes para o desenvolvimento social, quais sejam: questões de gênero e sexualidade, a problemática ambiental, participação política, racismo, uso de drogas, entre outros. Contudo, o tema que mais se sobressaiu foi a educação sobre drogas, pois em todos os instrumentos de coleta de dados a importância dessa discussão foi ressaltada.

Por fim, percebendo a vulnerabilidade de adolescentes frente a questão das drogas, realizamos a proposta de intervenção com objetivo de sensibilizar a comunidade escolar quanto às consequências do uso abusivo de drogas, nos aspectos social, familiar e biológico.

3 O PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA (PIP)

O PIP tem como característica a intencionalidade em problematizar uma realidade e elaborar uma proposta pedagógica para nela intervir. Dessa forma, um projeto de intervenção foi construído coletivamente pela turma de estágio, sob orientação da professora da disciplina, tendo em vista a temática que emergiu da diagnose da escola.

Os estudos tiveram como princípio o fato de que o uso de drogas não pode ser reduzido apenas a uma *problemática*, levando em conta que estas substâncias fazem parte da cultura humana há milhares de anos como um instrumento de estímulo, consolo, diversão, devoção ou intensificação do convívio social (CARNEIRO, 2009).

³ A diagnose ou diagnóstico da escola é o levantamento de informações com o objetivo de identificar os problemas e demandas da escola. Os dados coletados são interpretados e a partir daí são tomadas decisões em função dos objetivos da instituição (PIMENTA; LIMA, 2010).



De acordo com Maciel e Vargas (2015), em civilizações primitivas, o uso de derivados do ópio, bebidas com conteúdo etílico e outras substâncias psicoativas possuía significado cultural e espiritual, e seu consumo era restrito a ocasiões específicas, caracterizando expressão de religiosidade.

Na presente investigação, o uso de drogas foi concebido a partir de uma forma não reducionista, ou seja, crítica de uma visão repressora, preconceituosa ou moralista, como remete a abordagem tradicional de *Guerra às Drogas*. Tal modelo baseia-se em métodos punitivos que culpabilizam, individualmente, as pessoas que usam drogas e, além disso, presume que a prevenção contra o uso seja por abstinência. Essa concepção foi amplamente disseminada pelo Projeto *Drug free America* - América livre das drogas - oriundo dos Estados Unidos (SOARES; JACOBI, 2000).

A perspectiva de *Guerra às Drogas* utiliza o amedrontamento como forma de conscientização, enfatizando os malefícios do uso e centralizando a droga, por si só, como o foco principal da problemática (MOREIRA; VÓLVIO; MICHELI, 2015). Acserald (2013) chama atenção para o fato de que esse discurso produz concepções fictícias de abstinência, internação como ideal de tratamento e dependência definitiva. Além disso, abre a possibilidade para soluções violentas e imediatistas⁴. A autora (2013) propõe a educação para autonomia como modelo de abordagem, caracterizada pelo questionamento de preconceitos, estudos históricos, estatísticos e epidemiológicos sobre uso de drogas e a discussão de conceitos e programas. A perspectiva de educação para autonomia faz uma crítica ao modelo educativo que estimula a memorização, com abordagens simplistas que afirmam que todas as drogas fazem mal e que todas elas levam à dependência.

No âmbito escolar, conforme Acserald (2013), a abordagem de *Guerra às Drogas* cria diferentes modelos de intervenção, porém com a mesma ideologia. São produzidos textos e manuais de treinamento para serem utilizados em programas escolares, que estimulam a responsabilidade individual e o desenvolvimento de

⁴ É notável que o atual governo de Jair Bolsonaro insista em continuar com o modelo de Guerra às Drogas. Inclusive censurou os dados do 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (BASTOS, 2017), encomendado pelo Ministério da Justiça à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sob a justificativa de um viés ideológico de liberação das drogas pela Instituição. Após negociações entre várias instâncias a divulgação foi autorizada em agosto de 2019.

autodisciplina por estratégias behavioristas, com base em repetição e condicionamento. Os discursos são voltados ao amedrontamento, ao pânico e ao autoritarismo. Estimulam a tolerância zero a qualquer tipo de droga, espelhados nas políticas estadunidenses conhecidas como *Zero Tolerance* e *Drug Free America* (CARLINI-COTRIN, 1992).

Exemplo disso, no Brasil, é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que consiste em uma ação da polícia militar dentro das instituições de ensino básico orientando jovens e crianças a não entrarem no *mundo das drogas*. Este programa se alicerça em ensinar as crianças a resistirem às pressões de colegas e pessoas estranhas no oferecimento de drogas (PROERD, 2019). No entanto, percebe-se que esta ação corrobora com ideologia de *Guerra às Drogas*, visando a abstinência e centralizando a problemática na escolha do indivíduo em aceitar ou não fazer o uso de drogas, ignorando vários aspectos que integram essa *escolha*.

Um estudo realizado por Cordeiro et al. (2016) mostra que a forma como o assunto é abordado na escola influencia as ações de prevenção. Os autores realizaram uma pesquisa em duas escolas municipais de Minas Gerais, uma com alunos de região mais periférica, denominada escola A, e a outra de zona rural, denominada escola B. Os autores observaram que, na primeira escola, os alunos envolvidos com drogas ilícitas eram tratados com base em alguns estereótipos como: violentos, potencialmente criminosos e envolvidos com o tráfico. Devido ao medo, os professores tinham dificuldades em se aproximar desses estudantes e usavam medidas repressivas e punitivas como forma de lidar com a questão. Enquanto isso, com os alunos da escola B, por residirem em zona rural, supostamente com menos contato com drogas ilícitas ou com pessoas que fazem o uso prejudicial, quando havia alguma suspeita de uso indevido, os professores declararam que buscavam se aproximar para tentar conversar e criar um vínculo para ajudar os alunos.

Adade e Monteiro (2014) entrevistaram 40 alunos da Educação Básica a respeito de suas visões sobre o uso de drogas. Para os entrevistados, o uso de drogas tem sempre uma representação negativa, sendo o usuário o único responsável por essa interação. Essa visão converge com o discurso de *Guerra às Drogas*, conforme destacado anteriormente, presente na maior parte das intervenções escolares. De

acordo com as autoras (2014), concepções como essas distanciam-se da realidade experimentada pelos jovens, ao destacar apenas os aspectos danosos das drogas. Não reconhecer aspectos contextuais, como a pressão social e o acesso facilitado às drogas, torna os jovens ainda mais vulneráveis, uma vez que silencia as possíveis influências. Ademais, contribui para a manutenção do estereótipo de *fracassado* e *zé droguinha* ao usuário, facilitando a construção de posturas discriminatórias.

Diante disso, a intervenção proposta no presente trabalho foi fundamentada na perspectiva de *Redução de Danos* (RD). De acordo com Moreira, Vólvio e Micheli (2015), essa abordagem é caracterizada pelo conhecimento ampliado e aprofundado sobre as drogas e seu consumo, a fim de fortalecer a capacidade de escolha dos sujeitos, baseando-a em suas possíveis consequências.

Isso significa que o foco principal da abordagem de RD é o sujeito nas suas dimensões histórica, social, biológica e psicológica. Além disso, considera que, historicamente, o uso de drogas sempre esteve presente em todas as sociedades. Essa proposta corrobora com a educação para autonomia e com uma política de prevenção de possíveis danos que estejam relacionados ao uso de drogas (SOARES; JACOBI, 2000). Um exemplo que caracteriza o ato de reduzir riscos é o uso de drogas injetáveis e sua relação com a AIDS (sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), na qual, em muitos casos, as seringas contaminadas são compartilhadas pelos usuários dessas drogas. Nesse caso, a RD propõe sensibilizar as pessoas a não adotar esta prática, pois além dos problemas causados pelas drogas em si, o compartilhamento de seringas é um risco a mais para os usuários e que pode ser evitado. De acordo com Moreira, Vólvio e Micheli (2015) e Moreira, Silveira e Andreoli (2006), a RD propõe quatro frentes de ação:

Oferecimento de Alternativas, que contemplam as atividades esportivas, artísticas, programas de recuperação da identidade e orgulho étnico de minorias, orientando para um estilo de vida no qual a droga não desperte a curiosidade no indivíduo ou que esta curiosidade tenha um menor potencial de prejudicar a pessoa ou a sociedade. Esse modelo tende a propiciar, aos jovens, sensações de expansão mental, crescimento pessoal, alívio do tédio, por meio de outras atividades que não o consumo de drogas.



Educação para Saúde, que orienta as pessoas a terem uma alimentação saudável, a desenvolverem atividades que as tranquilizem, a possuírem vida sexual segura e a buscar conhecimento e devida orientação sobre o uso de drogas. Cabe à escola abordar a questão das drogas em um amplo contexto, envolvendo questões como: solidão e isolamento urbano; poluição; vida competitiva e imediatista; e os padrões comportamentais exigidos e adotados pela sociedade capitalista em que vivemos. Tanto neste modelo quanto no anterior, a escola cumpre um papel de inclusão social e formação para cidadania.

Modificações das Condições de Ensino, nas quais as intervenções são duradouras e antecipadas. Nesta concepção, é necessário que toda a comunidade se envolva, não apenas a escola. Apresenta cinco aspectos: "modificação das práticas institucionais; melhoria do ambiente escolar; incentivo ao desenvolvimento social; oferecimento de serviços de saúde e envolvimento dos pais em atividades curriculares" (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006, p. 810). Assume que a intervenção precisa ir além da relação com o indivíduo e que um ambiente injusto e inadequado pode ser um fator de risco para o uso abusivo de drogas. Desse modo, envolve o campo da política educacional e o questionamento pedagógico.

Life Skills Training (habilidades para a vida), o mais recente, propõe que se condicione os jovens (em especial), a lidar com frustrações e com suas emoções. Inclui a construção de habilidades essenciais para promoção de competências social, cognitiva, emocional e comportamental que reduzam comportamentos negativos ou de alto risco. Além de benefícios individuais, os programas de habilidades para a vida ainda promovem normas sociais positivas que podem impactar serviços de saúde para adolescentes, escolas, funcionários e famílias. De acordo com a UNICEF (sigla em inglês para Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a *National HIV/AIDS Council Secretariat*, o modelo de *Life Skills Training* traz diversas contribuições sociais, educacionais, culturais, econômicas, dentre outras (KIBRET, 2016).

Considerando tais pressupostos, na construção do PIP, realizou-se uma adaptação desses modelos com vistas a promover a sensibilização dos discentes e da comunidade escolar sobre o uso abusivo de drogas. Destaca-se, entretanto, a impossibilidade dos estagiários em fazer uma intervenção sistemática e contínua, como é proposto pelo terceiro modelo mencionado, o que se deve ao contexto de

disciplina acadêmica em que o projeto foi realizado. Porém, ressalta-se que esta proposta pode servir como sugestão para que a escola campo continue com o projeto após a saída dos estagiários.

Compreendendo que a Redução de Danos está relacionada com o sujeito e sua complexidade e que a escola é um ambiente para construção do conhecimento, adotou-se a pedagogia libertadora de Freire (2015) como abordagem pedagógica de aproximação com a escola (ACSERALD, 2005; ADADE, MONTEIRO, 2014; MOREIRA; VÓLVIO; MICHELI, 2015).

Em seus trabalhos, Freire (2019) faz uma denúncia à educação bancária, segundo a qual o estudante, passivamente, recebe os depósitos de conteúdos oferecidos pelo professor, considerado o único detentor do conhecimento e de verdades. De acordo com Acselrad (2013), a educação bancária propiciaria um aumento do risco do consumo de drogas, tendo em conta que essa prática visa ao acúmulo de informações sem reflexão, cabendo ao aluno a repetição de conteúdos sem a devida compreensão. A educação bancária, de forma reducionista, informa que a droga faz mal, principalmente as ilícitas⁵, que toda experiência leva à dependência, que os danos decorrentes do uso são implacáveis, restringindo as informações à ação das drogas no sistema nervoso central e à legislação que condena seu uso (ACSELRAD, 2013).

Em oposição a essa perspectiva, Freire (2019) propõe a Educação Libertadora ou Problematicadora, em que ambos, professor e estudante, ensinam e aprendem em constante processo de busca. Essa perspectiva abre possibilidade para o diálogo, questionamento, problematização e transformação da realidade. Freire (2015) critica a ideologia fatalista e imobilizante, segundo a qual nada se pode fazer contra uma dada realidade social. Para o autor (2019) somos seres condicionados, mas não determinados, o que significa dizer que os condicionantes impostos durante a vida, embora sejam barreiras de difícil superação, podem ser transpostos. Nesse processo, os estudantes poderão compreender que não existem fatalidades, mas obstáculos sócio-históricos construídos ao longo do tempo. A educação libertadora luta contra o

⁵ De acordo com o 3º Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira, os dados mais alarmantes com relação ao consumo de drogas, não estão relacionados às substâncias ilícitas, mas sim ao uso de álcool (BASTOS, 2017).

fatalismo, auxiliando os sujeitos a pensar criticamente, dando espaço para que expressem suas dúvidas e percepções (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016).

Desse modo, o conhecimento, a subjetividade e a opinião dos estudantes foram discutidas numa interação mútua de ensino-aprendizagem, na qual houve a preocupação em não apontar um saber melhor ou pior do que o outro, mas diferentes pontos de vista para uma mesma realidade. A proposta de Freire (2015) baseia-se no respeito perante as posições opostas, para que não se criem estereótipos e rótulos para determinados grupos. De acordo com Adade e Monteiro (2014) conceber todas as dimensões sobre o ato de consumir drogas transcende o aspecto fisiológico e envolve aspectos subjetivos e construções sociais.

Tais pressupostos relacionam-se, diretamente, com a presente proposta, pois ao se tratar de drogas, diversos padrões e preconceitos são disseminados no cotidiano e um dos enfoques das atividades foi justamente essa percepção, evitando a reprodução de estereótipos. Bard et al. (2016), em pesquisa realizada junto a usuários de crack, em Porto Alegre/RS, apontam que estes são rotulados como indesejáveis e improdutivos, o que reflete em rejeição social e em menores oportunidades de vida em sociedade. Para os autores (2016), esse preconceito mascara a real situação de vulnerabilidade em que os usuários se encontram, cuja falta de oportunidades de trabalho e as falhas do Estado são facilitadoras do envolvimento com a droga. Pereira e Malfitano (2014) complementam, ainda, que o consumo de drogas não ocorre da mesma forma entre jovens da periferia e de classe média. As diferentes formas de uso relacionam-se com diferenças sociais e psicológicas, atravessadas pela ausência de políticas públicas essenciais de saúde, educação, moradia e lazer. Foi esse senso crítico e de respeito que se buscou despertar durante a execução do projeto.

4 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Para o desenvolvimento do PIP, foram propostas quatro oficinas para os alunos do período noturno, nas dez turmas do Ensino Médio. O objetivo das oficinas foi abordar o consumo abusivo de drogas, apresentando seus efeitos no organismo, considerando os determinantes sociais, históricos e culturais.

a) Oficina 1: Drogas: vamos refletir?

Essa oficina teve como objetivo fazer com que os alunos compreendessem o conceito de drogas, aspectos históricos do uso e a divulgação midiática sobre prevenção/tratamento. A oficina propôs a reflexão sobre os contextos nos quais as drogas estão inseridas, quais sejam: o regime proibicionista, o aumento de lucros pelo governo e empresas, o crescimento da violência, e a interferência das drogas para a saúde dos indivíduos. A oficina teve início com a dinâmica da *tempestade de ideias*, na qual os alunos expressaram suas concepções prévias a respeito da temática e sistematizaram as ideias em conjunto com as estagiárias. Foi discutido com os alunos que as drogas estão presentes na sociedade desde a antiguidade, em rituais sagrados ou no uso medicinal. Alguns alunos se mostraram surpresos ao descobrir que a maconha já foi encontrada ao lado de múmias do Egito, por exemplo. Nesta mesma linha, também foi abordado o monopólio de mercado de algumas marcas de drogas lícitas e a influência da mídia na manutenção desse monopólio e no estímulo ao uso. Ao fim, foram projetadas reportagens questionando a proposta de *Guerra às Drogas*, realizada pelo prefeito João Dória (TATEMOTO, 2017), recentemente, na Cracolândia, em São Paulo, e feita uma reflexão sobre o resultado dessa política. Os estudantes conseguiram perceber que este modelo de tolerância zero não funcionou, que os dependentes não deixaram de ser dependentes e que o tráfico só mudou de lugar, com base nos dados das reportagens exibidas.

b) Oficina 2: Atividades práticas para compreensão dos efeitos das drogas no organismo

Essa oficina objetivou apresentar aos alunos os efeitos biológicos de algumas drogas, utilizando experimentos e materiais como torço, feto humano e outras peças anatômicas. Foram realizados quatro experimentos de demonstração, sendo estes: efeitos da bebida alcoólica no fígado - pôde ser demonstrado ao derramar o etanol sobre a gema do ovo, que endurece; efeitos do cigarro no trato respiratório - foi demonstrado por meio de um pulmão de fumante e fetos de mulheres fumantes⁶; efeitos dos medicamentos vendidos sem prescrição médica como dipirona, laxantes e relaxantes - tiveram sua ação no organismo explicada por meio de esquemas;

⁶ Esses materiais foram gentilmente cedidos pelo Departamento de Anatomia da Universidade Federal de Goiás

efeitos dos componentes do clorofórmio e éter (*loló*) no organismo - pelos comentários dos alunos, a curiosidade e o conhecimento demonstrado, mostrou ser a droga mais conhecida por eles devido ao acesso fácil e preço baixo. Essa droga foi preparada em sala, com solventes orgânicos e seu efeito foi observado ao jogá-la sob o isopor. Ressalta-se que alguns alunos, ao entrarem na sala, já reconheceram de imediato os solventes e sabiam do que se tratava. Após o término dessa oficina todo material foi devidamente descartado.

c) Oficina 3: Uma visão sobre relações sociais e drogas

Essa oficina teve a finalidade de refletir sobre os condicionantes relacionados ao uso de drogas. Como recurso pedagógico foi utilizada uma música para reflexão e discussão. Além disso, a oficina buscou elucidar as questões de vulnerabilidade social, compreender o porquê determinadas drogas são mais usadas em determinados grupos e identificar os fatores individuais, familiares, escolares e sociais que influenciam no uso abusivo de drogas. Para isso, foi apresentado um vídeo clipe da música *Resident Evil*, do cantor de rap nacional Projota, com uma perspectiva histórica sobre as drogas e a medicalização, com vistas à caracterização da realidade vivida em diferentes níveis sociais. Essa música foi escolhida, porque apesar de ser conhecida pelos jovens, muitos não se atentam ao que estão ouvindo, não criticam e nem analisam a letra. Nesta oficina, a família, ao invés de ter sido apontada pelos participantes como fator de proteção, foi caracterizada como fator de risco, devido à falta de diálogo, pressão por boas notas e boas atitudes. Essa atividade buscou uma aproximação com o modelo de Educação para a Saúde proposto pela RD:

Por isso deverá abordar questões tais como: [...] a solidão e o isolamento urbano, o modelo de vida competitivo e imediatista, e outros temas que provocarão uma reflexão sobre os padrões de comportamento adotados pela sociedade em que vivemos (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006, p. 810).

Após a apresentação do vídeo, foi proposta uma discussão para que os alunos expressassem seu entendimento diante das perspectivas apresentadas e averiguar se eles conseguiam perceber os fatores de risco e os fatores de proteção perante o uso abusivo de drogas.

d) Oficina 4: Peça teatral *Vícios*

Foi realizada uma encenação teatral com o objetivo de sensibilizar os alunos quanto ao vício e o uso abusivo de drogas fazendo com que entendessem seus efeitos sociais e biológicos. Além disso, a peça teatral buscou envolver os estudantes em projetos culturais e artísticos com vistas ao crescimento pessoal, desafios e fortalecimento da autoestima, tal como proposto pela abordagem de RD. Também foi possível, por meio dessa encenação, apresentar aos alunos uma perspectiva do distanciamento do uso abusivo de drogas por meio da arte como alternativa. A peça foi escrita pelos próprios estagiários e encenada por 10 estudantes do CEPMG-WM. A apresentação ocorreu como última atividade da intervenção e todas as turmas foram até o teatro aberto da escola para assistir.

Ao término da intervenção, deu-se o processo de avaliação do projeto. Segundo Pimenta e Lima (2010) a avaliação é um processo coletivo, e deve abranger todos os participantes, desde os orientadores de estágio, estagiários, profissionais da escola, alunado e todos que, de alguma forma, foram alcançados pelas ações do projeto.

O objetivo dessa etapa foi propor uma análise reflexiva de todo o processo de construção do projeto até a sua finalização. A avaliação ocorreu por meio de uma roda de conversa com a presença de dois professores da escola (um de biologia e outra professora de física), os estagiários e a professora orientadora. Essa atividade coincidiu com a semana de provas finais e o período de matrículas para o próximo ano escolar, por isso nem todos puderam participar.

O projeto foi avaliado positivamente pelo professor regente de biologia da escola, que ressaltou o empenho dos estagiários em realizar o trabalho. Ele destacou a importância e o modo de abordagem do tema em questão, pois a escola não tem projetos para sensibilização quanto ao uso abusivo de drogas. Além disso, mencionou o quanto se surpreendeu com a participação e interesse dos alunos da escola em se sentirem à vontade para falar do tema.

A segunda professora também realizou uma avaliação positiva e destacou a importância da oficina de teatro. Ela deu o exemplo de uma aluna que na sala de aula era muito tímida e quase não interagiu com a classe, porém no teatro mostrou-se desinibida, expressiva, a ponto de os colegas comentarem que ela estava

irreconhecível. Isso prova o quanto atividades extraclasse, dinâmicas e dialógicas, são importantes para participação ativa dos estudantes.

As outras oficinas também obtiveram êxito, talvez em grande parte devido à receptividade da abordagem de RD, contrária à perspectiva tradicional. Nas oficinas os alunos foram convidados a relatar suas experiências, sentimentos e dúvidas, o que os motivou e deu liberdade para que participassem durante toda a discussão.

Com relação à avaliação pela orientadora de estágio, foi um momento gratificante ouvir as ponderações sobre a intervenção realizada, pois ela percebeu o comprometimento das pessoas envolvidas, desde o planejamento (estudos aprofundados, leituras, discussões e observações) até o desenvolvimento do projeto durante os três dias de intervenção. Destaca-se que essa abordagem de RD foi uma novidade para os estagiários, que, assim como os estudantes da Educação Básica, também se identificaram com ela.

Por conseguinte, cada estagiário compartilhou suas vivências nas respectivas oficinas. Foi relatado que houve grande participação dos estudantes, que tiraram dúvidas, fizeram sugestões e relataram experiências. Uma fala marcante de uma aluna do CEPMG-WM durante as oficinas foi: *“o fato de vocês proporem projetos como este na escola, de forma que nós podemos ter voz, é um fator de proteção, porque estão abrindo debates sobre um assunto que nem em casa temos liberdade de falar sem sermos julgados”*. Em muitas turmas isso foi colocado em questão, pois na maioria das vezes é na escola e na convivência com os amigos que ocorrem os únicos momentos de conversa e diálogo. Dessa forma, é necessário reforçar a potencialidade dos projetos para transformar algumas realidades.

Convém destacar que, por se tratar de uma temática cujas ações frequentemente ficam a cargo de policiais, todas as oficinas foram acompanhadas pelos militares, que participaram de tudo sem nenhuma censura e, ainda, deram depoimentos sobre o envolvimento com drogas na juventude.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sobre drogas, numa perspectiva de RD, baseada na educação libertadora de Freire (2015; 2019), proporcionou uma sensibilização dos discentes,



que foram agentes ativos do processo de aprendizagem. Além disso, as oficinas, com caráter dialógico, propuseram a interação entre estagiários e estudantes da Educação Básica. Ademais, o projeto propôs uma experiência que contribuiu na formação e na afirmação da identidade docente.

Conforme Adade e Monteiro (2014) há dificuldades em assumir a perspectiva de RD, que apesar de solidamente fundamentada, ainda é alvo de recentes críticas combativas. Essas dificuldades tenderiam a aumentar, principalmente no contexto em que foi desenvolvido, ou seja, num colégio militar, já que, tradicionalmente, a droga é um assunto de polícia. Entretanto ressalta-se que, embora os policiais tenham participado de todas as oficinas, inclusive com depoimentos, em momento algum as atividades foram censuradas ou tiveram qualquer tipo de interferência.

Embora a experiência tenha sido avaliada com êxito e realizada a partir de uma demanda da escola, foi uma atividade pontual e proposta por integrantes externos, num contexto de uma disciplina de estágio curricular da Licenciatura. Contudo, sinaliza para a importância da temática, a utilização de estratégias didáticas diversificadas que estimulem a autonomia e participação ativa dos estudantes e a necessidade de ações contínuas. Da mesma forma, é importante a inclusão de atividades com os familiares dos estudantes, além de processos de avaliação mais detalhados, com a escuta de todos os integrantes da escola e de uma discussão mais abrangente dos objetivos da proposta.

ZILENE MOREIRA PEREIRA SOARES

Doutora e mestra em Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. Professora adjunta na Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenadora do Programa Residência Pedagógica da Licenciatura em Ciências Biológicas da UFG.

NATHANY RIBEIRO DOS SANTOS

Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (PPGCB-UFG). Licenciada em Ciências Biológicas. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq - Nível B.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, G. *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 310 p.

ACSERALD, G. Drogas, a Educação para Autonomia como Garantia de Direitos. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63, 2013, p.96-104.

ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 1, 2014, p. 215-230.

AGUIAR, C. A. R.; PINHEIRO, V. Os Colégios da Polícia Militar de Goiás na mídia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO DO CCSEH-SEPE, 2016, Anápolis. Anais... Anápolis, Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2016, p.1-5.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. *Educação e Sociedade*, v. 34, n.125, 2013, p.1153-1174.

ASSAI, N. D. S.; BROIETTI, F. C. D.; ARRUDA, S. M. O estágio supervisionado na formação inicial de professores: estado da arte das pesquisas nacionais da área de ensino de ciências. *Educação em Revista*, v. 34, 2018, p.1-44.

BARD, N. D.; et al. Estigma e preconceito: vivência dos usuários de crack. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. v. 24, 2016, p. 1-7.

BASTOS, F. I. P. M. et al. (Org.). *III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

BRASIL. Lei nº 11.788, dispõe sobre o estágio de estudantes. De 25 de setembro de 2008, 2008.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*, v. 27, n. 1 (79), 2016, p. 155-177.

CARLINI-COTRIM B. *A escola e as drogas: o Brasil no contexto internacional*. 1992. Tese (doutorado) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, H. S. As drogas e a história da humanidade. *Revista Diálogos*, v.1 n.6, 2009, p.14-15.

CORDEIRO, I. L. S. et al. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 2016, p.356-368.

CUSTÓDIO, C. M. S. A formação inicial do professor e a função da escola-campo de estágio: desafios e possibilidades. IN: IX ANPED SUL, SEMINÁRIO DE PESQUISA



EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2012, p. 1-16.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOUVEIA, M. Colégios militares: uns querem, outros não. Entenda os porquês. *Jornal Opção*. 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/> Acesso em 20 nov. 2017.

KIBRET, B. Life Skills Training (LST) Program for Young People: Justifications, Foundations and Contents. *International Journal School and Cognitive Psychology*, v.3, n. 163. 2016, p.1-15.

LIBÂNEO, J. C. Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano. *Educação & Realidade*, v.40, n.2, 2015, p. 629-650.

MACIEL, M.E.D.; VARGAS, D. Redução de danos: uma alternativa ao fracasso no combate às drogas. *Cogitare Enferm.*, 2015, n.20, v.1, p. 207-210.

MOREIRA, A.; VÓVIO, C. L.; MICHELI, D. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para atuação do educador. *Educação e Pesquisa*, v.41, n.1, 2015, p 119-135.

MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X.; ANDREOLI, S. B. Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, v.11, n.3, 2006, p.807-816.

PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Atrás da cortina de fumaça: jovens da periferia e a temática das drogas. *Saúde e Transformação Social*, v.5, n.1, 2014, p. 27-35.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e Docência*. 6ª edição. Coleção docência em formação - saberes pedagógicos. Cortez Editora. São Paulo, 2010.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência: diferentes concepções. *Revista Poíesis*, v. 3, n. 3, 2006, p. 5-24.

PROERD. *Programa Educacional de Resistência às Drogas*. Disponível em: <https://www.proerdbrasil.com.br/> Acesso em 12/11/2017.

PPP. *Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Waldemar Mundim*, 2017, Goiânia/GO.



ROSA, J. K. L.; WEIGERT, C.; SOUZA, A. C. G. A. Formação docente: reflexões sobre o estágio curricular. *Ciênc. educ.*, v.18, n.3, 2012, p.675-688.

SILVA, N. V.; GOLDSCHMIDT, A. I. Explorando ruas que quero ladrilhar: entre a paixão e o receio de ser professor. *Revista Metáfora Educacional* n. 20, 2016, p. 134-161.

SILVEIRA, T. G. Escolas militarizadas: a educação na linha de fogo. *Revista em Debate*, Florianópolis, v. 13, 2015, p. 155-161.

SOARES, C. B.; JACOBI, P. R. Adolescentes, drogas e Aids: avaliação de um programa de prevenção escolar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 109, 2000, p. 213 – 237.

TATEMOTO, R. Atuação de Doria na Cracolândia reproduz modelo sem eficácia, dizem especialistas, *Brasil de Fato*, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/01/atuacao-de-doria-na-cracolandia-reproduz-modelo-sem-eficacia-dizem-especialistas> Acesso em 02/09/2017.

TEÓFILO, S. Escola de Goiânia protesta contra militarização. *Jornal Opção*, julho, 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/escola-de-goiania-protesta-contramilitarizacao-41107/> Acesso em 30/11/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. CEPEC, Serviço Público Federal Universidade Federal de Goiás. *Aprova o novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás e revoga as disposições em contrário*. Resolução n. 1122R de 09 de dezembro de 2012, 2017.

VELOSO, E. R.; OLIVEIRA, N. P. *Nós perdemos a consciência? Apontamentos sobre a militarização de escola públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás*. In: OLIVEIRA, I. C.; SILVA, V. H. V. F. (Org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016, v. 1, p. 1-100.

Recebido em: 03/06/2020.

Aprovado em: 31/08/2020.